

Violência sexual e saúde mental de universitários: uma sistematização da literatura brasileira

Sexual violence and mental health of college students: a systematic review of Brazilian literature

Violencia sexual y salud mental de universitarios: una sistematización de la literatura brasileña

*Mariana Silva Basso**

*Jordana Fontana***

*Carolina Laurenti****

Resumo

A presença da violência sexual nas universidades tem afetado diferentes esferas da vida de estudantes, inclusive a saúde mental. O artigo teve como objetivo investigar e categorizar os efeitos da violência sexual sobre a saúde mental de alunos/as, bem como identificar possíveis estratégias para lidar com o problema. Foi realizada uma sistematização da literatura brasileira dos últimos dez anos. Identificou-se que grande parte dos textos define a violência como um fenômeno sociocultural, e alguns explicam a violência a partir de definições jurídicas. Além disso, constatou-se que a violência sexual produz efeitos prejudiciais de ordem psicológica, física, acadêmica e interpessoal. Sobre as ações de enfrentamento, foi verificado que a maioria das intervenções mencionadas é remediativa. Por já estar instaladas e apresentar efeitos prejudiciais aos estudantes, as estratégias remediativas são necessárias para lidar com os problemas gerados na saúde mental das vítimas.

* Universidade Estadual de Maringá, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5959-7399>. E-mail: marianabassopsi@gmail.com

** Universidade Estadual de Londrina e Universidade Unicesumar, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8595-1590>. E-mail: jordanafontanaac@gmail.com

*** Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5247-9610>. E-mail: claurenti@uem.br

No entanto, como a violência sexual foi considerada majoritariamente um fenômeno de natureza sociocultural, intervenções preventivas também são requeridas para que os determinantes responsáveis pela violência sexual sejam modificados.

Palavras-chave: Universidade; Saúde mental; Universitários; Assédio; Estupro.

Abstract

The presence of sexual violence in universities has affected different spheres of students' lives, including their mental health. This paper aims to investigate and categorize the effects of sexual violence on the mental health of students and identify possible strategies for dealing with this problem. A systematic review of Brazilian literature from the past ten years was carried out. It was found that a large part of the texts defines violence as a sociocultural phenomenon, and some explain violence from legal definitions. In addition, it was found that sexual violence produces detrimental effects of a psychological, physical, academic, and interpersonal nature. As for the coping actions, it was found that most of the interventions mentioned are remedial. Because this type of violence is already installed and presents detrimental effects to students, remedial strategies are necessary to deal with the problems generated in the mental health of victims. However, as sexual violence was considered predominantly a sociocultural phenomenon, preventive interventions are also required so that the determinants responsible for sexual violence can be modified.

Keywords: University; Mental health; College students; Harassment; Rape.

Resumen

La presencia de la violencia sexual en las universidades ha afectado a diferentes ámbitos de la vida estudiantil, incluida la salud mental. El artículo tuvo como objetivo investigar y categorizar los efectos de la violencia sexual sobre la salud mental de los/las alumnos/as, así como identificar posibles estrategias para hacer frente al problema. Se realizó una sistematización de la literatura brasileña de los últimos diez años. Se identificó que la mayoría de los textos definen la violencia como un fenómeno sociocultural y algunos explican la violencia a partir de definiciones legales. Además, se ha constatado que la violencia sexual produce efectos perjudiciales de orden psicológico, físico, académico e interpersonal. Sobre las acciones de enfrentamiento, la mayoría son intervenciones de remediación. Debido a los efectos nocivos de la violencia sexual en los estudiantes, son necesarias estrategias de remediación para hacer frente a los diversos problemas que se generan en la salud mental de las víctimas. Sin embargo, como la violencia sexual fue considerada majoritariamente

un fenómeno de carácter sociocultural, también se requieren intervenciones preventivas para que se modifiquen los determinantes responsables de la violencia sexual.

Palabras clave: *Universidad; Salud mental; Universitarios; Acoso; Violación.*

O sofrimento psicológico advém de dimensões singulares como, por exemplo, a história pessoal e as condições de vida de cada sujeito, e também de fatores socioestruturais, coletivos e institucionais (Leão, Ianni, & Goto, 2019). Dada essa multidimensionalidade, o termo *saúde mental* não pode ser elucidado restringindo seu escopo à individualização do sofrimento, o que pode levar a uma abordagem do assunto pautada na patologização e na medicalização. A discussão da saúde mental precisa ser feita de forma ampliada, considerando as diversas relações dos indivíduos com as pessoas e grupos com os quais convivem. Para Moura (2014, p. 82), a definição de saúde é “vigorosamente complexa, plural, intersetorial, agregando grande transversalidade de saberes”, isto é, a relação saúde-doença, assim como a sua produção, não pode ser compreendida fora de um contexto social, local onde a vida humana se concretiza. O processo saúde-doença está, portanto, vinculado aos condicionantes sociais, de modo que a constituição da saúde física e mental está inter-relacionada com os modos de organização social que definem uma dada cultura (Moura, 2014).

As universidades são um *locus* determinante do processo saúde-sofrimento devido às condições e relações encontradas no ambiente universitário (Moura, 2014). Discussões atuais destacam que essas instituições têm contribuído mais para a produção de sofrimento e adoecimento do que para a promoção de saúde mental (Carvalho, Kidoiale, Carvalho & Costa, 2020; Pellá & Magnobosco-Martins, 2018). Para Maito, Panúncio-Pinto, Severi e Vieira (2019), a universidade também tem sido fonte de sofrimento mental devido a práticas de violência às quais os alunos e alunas têm sido expostos, inclusive a violência sexual.

Na mesma direção, Saldanha (2015) afirma que a violência ocorre de maneira “naturalizada”, sem considerar o caráter social e histórico da

construção de estruturas hierárquicas de gênero presentes na sociedade. Nas palavras da autora, “a prática naturalizada de violações sexuais, no contexto universitário é, de uma só vez, consequência e preditora de comportamentos violentos e de reafirmação da simbologia de gênero” (p. 79). Exemplificando essa “naturalização”, uma pesquisa mostrou que enquanto universitários estadunidenses consideram cantadas e olhares maliciosos como inadequados, os estudantes brasileiros entendem tais comportamentos como formas de sedução, constituindo-se como aspectos sociais sexualizados e permissivos, mesmo que geradores de sofrimento (Pryor et al., 1997).

No entanto, algumas pesquisas atuais vêm enfatizando que, mesmo com o processo de naturalização, o índice de reconhecimento de violência sexual, no contexto universitário, tem aumentado. No contexto brasileiro, uma pesquisa realizada, por Souza e Rocha (2020), constatou que 40% das estudantes entrevistadas afirmaram já ter sido expostas a constrangimento ou ofensa, ao serem questionadas sobre a vida íntima/pessoal; 20% vivenciaram assédio nas relações sociais no contexto universitário; 28,6% receberam algum convite sexual inapropriado e 36,6% afirmaram ter sido abordadas com cantadas de cunho sexual. Nesta mesma análise, 71,4% das alunas disseram que os autores da violência foram colegas e demais estudantes, e 62,9% afirmaram sofrer violência por parte dos professores. Além disso, uma pesquisa realizada pelo Instituto Avon e Data Popular (2015) apresentou que o ambiente universitário se constitui como um espaço de medo para as mulheres, visto que 36% das entrevistadas relataram deixar de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência.

Para Gaspar e Pereira (2018), a violência sexual precisa ser discutida para além dos números, pois muito mais do que as notificações, a violência sexual produz efeitos físicos e psicológicos, que interferem na saúde mental das vítimas. Como consequência, pessoas que passaram por situações de violência sexual podem desenvolver transtornos de ansiedade, depressão, abuso de substâncias, e até suicídio, como alerta Bandeira (2017). São também observados efeitos relacionados à saúde reprodutiva, como gravidez indesejada, complicações ginecológicas e infecções sexualmente transmissíveis (OMS, 2002). Diniz (2019) assinala, ainda, efeitos que impactam

diretamente no desenvolvimento das atividades acadêmicas, desde o medo de realizar alguma atividade na universidade até trocar ou desistir do curso (Ramos, 2019).

Diante disso, Maito, Panúncio-Pinto, Severi e Vieira (2019) afirmam que não há, no cenário brasileiro, uma lei que imponha às universidades a realização de estudos sobre as violências, políticas de segurança e distribuição de manuais informativos e relatórios com estatísticas das variadas violências no contexto universitário. Mesmo não havendo obrigatoriedade de políticas nas universidades, para defrontar as violências, no cenário acadêmico, as autoras destacam que “universidades europeias, norte-americanas e, mais recentemente, latino-americanas avançaram em termos de produzir normas e procedimentos para enfrentar a violência de gênero pautadas na obrigatoriedade legal” (Maito, Panúncio-Pinto, Severi & Vieira, 2019, p. 3).

A fim de compreender mais sobre os efeitos da violência sexual e dar visibilidade às ações que têm sido realizadas pelas universidades no Brasil, para o enfrentamento desse tipo de violência, este artigo teve como objetivo sistematizar o que a literatura acadêmica nacional tem produzido sobre a problemática dos efeitos da violência sexual para estudantes no contexto universitário, bem como analisar as possibilidades de atuação das instituições de ensino superior no combate e prevenção a práticas sexualmente violentas.

MÉTODO

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, cujas fontes foram artigos, teses, dissertações, monografias e publicações de anais de eventos que examinaram a temática da violência sexual no contexto universitário brasileiro e seus efeitos para os/as estudantes de graduação. Os artigos foram pesquisados em base de dados nacionais que possuem uma ampla gama de materiais indexados sobre psicologia, sendo elas: IndexPsi, Scielo, Pepsic, base de teses e dissertações da Capes e Google Acadêmico. As palavras-chave selecionadas foram: violência sexual, assédio sexual, abuso sexual, estupro (Grupo 1); universidade, instituição de ensino superior, universitário,

acadêmico, campus, faculdade, estudantes e graduação (Grupo 2). Cada palavra do Grupo 1 foi pareada, uma por vez, com cada palavra do Grupo 2. Por exemplo: violência sexual *and* universidade; assédio sexual *and* universidade; abuso sexual *and* universidade; estupro *and* universidade; violência sexual *and* instituição de ensino superior, assédio sexual *and* instituição do ensino superior, e assim sucessivamente, resultando, no total, em 32 combinações.

A pesquisa baseou-se na busca por textos publicados nos últimos dez anos, pois, de acordo com Almeida (2017), nesse período houve um aumento de pesquisas, publicações, criação de comissões e coletivos feministas para discussão e demais instrumentos para o enfrentamento da violência sexual no contexto universitário.

Foram selecionados textos que continham, no título ou resumo, palavras, tais como: *violência sexual* e *contexto universitário* ou sinônimos, e excluídos os que não apresentavam discussão sobre a violência sexual no contexto universitário e/ou que não descrevessem os efeitos dessa violência para estudantes, bem como textos que não apresentavam dados referentes ao Brasil. A sistematização e a análise dos textos foram realizadas por meio de tabelas organizadas de acordo com cada base de dados. Os arquivos continham: nome da base de dados, número da combinação, título do artigo e sua respectiva referência, assim como os principais aspectos a serem analisados durante a leitura do texto: a) tipo de violência abordada; b) definição da violência; c) aspectos individuais/sociais/culturais determinantes da violência; d) efeitos para os estudantes universitários; e) estratégias e sugestões de enfrentamento para prevenção e eliminação da violência sexual na universidade. As informações compiladas, por meio desse registro, foram organizadas em categorias de análises que permitiram dar relevo às distintas concepções de violência sexual que perpassam os estudos, à diversidade de configurações e aos diferentes efeitos dessa violência para estudantes, e às principais formas adotadas pelas universidades para lidar com essa problemática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa serão apresentados de duas maneiras. Inicialmente, as informações serão dispostas por meio de figuras e gráficos, a fim de facilitar a visualização de aspectos quantitativos e descritivos da busca bibliográfica. Em um segundo momento, os resultados serão descritos conforme as categorias de análise construídas com base no exame do material registrado nas tabelas.

A respeito da busca bibliográfica, a Figura 1 mostra o resultado das buscas nas bases de dados especializadas, contendo o número de textos encontrados, recuperados, eliminados por repetição, pré-selecionados para elegibilidade, excluídos e selecionados para análise, conforme critérios pré-estabelecidos.

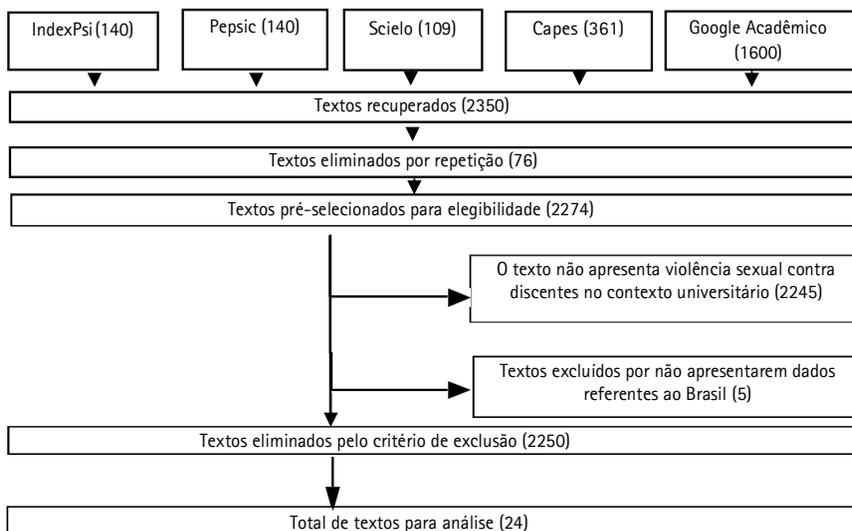


Figura 1. Fluxograma do processo de busca e seleção das fontes

A partir das buscas, foi possível identificar que o tema violência sexual é amplo, apresentando um total de 2350 textos recuperados. No entanto, 2245 foram excluídos (todos das bases *IndexPsi*, *Pepsic* e *Scielo*) por

abordarem a violência sexual em outros contextos (e. g., escolar, familiar), que não o universitário. Além disso, 5 textos não apresentaram discussões relativas ao cenário brasileiro, sendo excluídos também do processo de análise.

Foi possível identificar, nas bases de dados Capes e Google acadêmico, a presença de materiais que discutiram a violência sexual no contexto universitário brasileiro, abrangendo os efeitos produzidos aos estudantes que vivenciaram esse tipo de violência. No total, foram selecionados 24 textos. A maioria (54%) é referente à literatura convencional (artigos). O restante distribuiu-se entre diferentes tipos de literatura não-convencional: monografias de conclusão de curso (4) e publicações em anais de eventos (4) perfazem 17% cada; dissertações de mestrado representam 12% do total de materiais selecionados. Mesmo não sendo considerada tão prestigiosa como a publicação na forma de artigos, a publicação não-convencional permite ampliar a discussão sobre um determinado assunto, colaborando para a disseminação de informação aos pesquisadores e público em geral, como afirma Población (1992): “Esses documentos valiosos trazem informações que circulam nos eventos e permitem a agilização dos contatos entre investigadores” (p. 243).

No caso da disseminação e circulação de informações sobre violência sexual universitária, em particular, Almeida (2019) argumenta que os espaços de produção e discussão, como os artigos e a internet, são ferramentas fundamentais para a divulgação e validação de qualquer ato de violência sofrido por estudantes universitários. A autora ainda endossa a importância desses espaços de informações para a descrição e identificação de comportamentos violentos, pois as vítimas podem não reconhecer que vivem em um ambiente abusivo ou que sofrem atos violentos.

A Figura 2 apresenta a distribuição temporal dos textos selecionados nos últimos dez anos, conforme as diferentes modalidades de publicação examinadas.

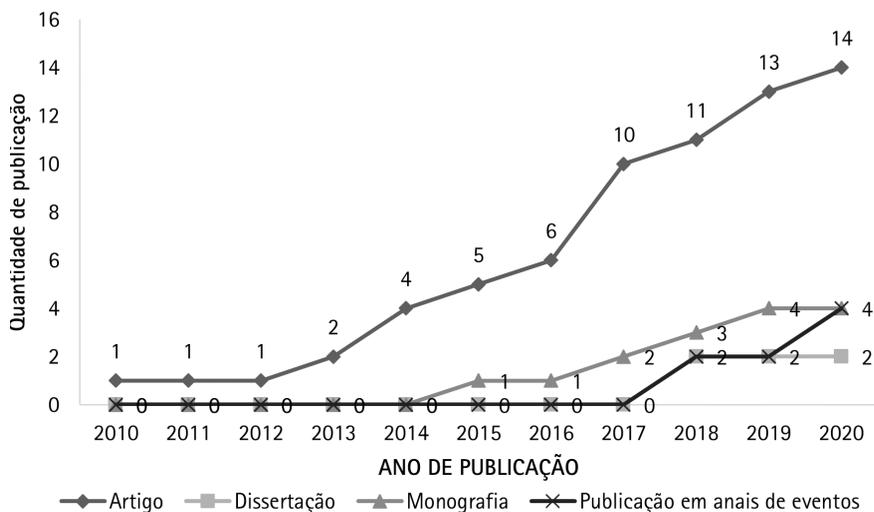


Figura 2. Distribuição temporal das publicações selecionadas para análise

Observa-se um aumento tanto de publicações convencionais como não convencionais nos últimos cinco anos. O maior crescimento de publicações refere-se aos artigos científicos a partir de 2013, com um aumento significativo a partir de 2016; as monografias apresentaram crescimento a partir de 2015 e as dissertações e publicações, em anais de eventos, em 2018. Maito, Panúncio-Pinto, Severi e Vieira (2019) apresentam que “situações de violência no cotidiano acadêmico têm sido documentadas por pesquisas recentes” (p. 3). Almeida (2017) também destaca que tem havido uma maior apreciação do tema nos últimos anos devido a:

diversos coletivos feministas, os grupos e núcleos de pesquisas sobre mulheres e gênero, espontaneamente formados e atuantes nas universidades . . . formação de comissões de sindicância internas, criação de serviços específicos à questão de igualdade de gênero nas universidades e mobilização de instituições externas a elas têm sido feitas. (p. 392)

A diversidade de veículos de publicação sobre a violência sexual universitária e o número crescente de estudos podem sugerir uma tendência de estudo sobre o tema no país, o que consiste em um passo importante para o delineamento e a proposição de políticas universitárias de enfrentamento a essa problemática.

Com base na compilação dos 24 materiais bibliográficos selecionados, foram elaboradas cinco categorias de análise: compreensão da violência sexual, configurações da violência sexual no contexto universitário, os efeitos da violência sexual sobre os estudantes e as possibilidades de atuação frente à violência sexual nas universidades brasileiras.

Compreensão da violência sexual

Esta categoria discute como a violência sexual é definida nos textos, isto é, se é compreendida como uma construção social e coletiva ou se é analisada como uma ação individualizada, independentemente do contexto em que o/a agressor/a está inserido/a. De acordo com os dados, 12,5% dos textos – um total de três artigos – utiliza-se de definições jurídicas sobre a violência, apenas descrevendo comportamentos que caracterizam a violência, no entanto, sem explicar condições responsáveis pela ocorrência do fenômeno. Já para 87,5% dos textos analisados, a violência sexual é considerada uma violência de gênero, estando relacionada com determinantes sociais e culturais. Esse entendimento pode ser ilustrado com a análise feita por Diniz (2018), quando reconhece a violência sexual como uma violência sexista, isto é, que se “expressa mediante o exercício do poder dos homens” (p. 3). A autora acrescenta que a violência sexual que ocorre no contexto universitário está baseada:

no campo da sexualidade e do poder, isto é, sobre um modelo que valida e legitima relações desiguais entre homens e mulheres em matéria da sexualidade, se constituindo numa expressão exacerbada do machismo e uma das formas mais nefastas e sutis de violação dos direitos das mulheres. (p. 3)

No mesmo caminho, Saldanha (2015) pontua que a violência sexual é perpassada por questões de gênero, sendo produto de desigualdades históricas. Pereira (2014) também demonstra que a violência afeta principalmente mulheres, pois é culturalmente estabelecido que as mulheres sejam colocadas em posição de inferioridade, objeto e propriedade do homem, endossando a desigualdade de poder entre os gêneros e gerando a ocorrência da violência sexual contra as mulheres. Narvaz e Koller (2006) corroboram

essas afirmações ao descrever que “as diversas formas de discriminação e de violência contra as mulheres são manifestação de relações de poder historicamente desiguais, denominadas violência de gênero, são também violação dos direitos das mulheres” (p. 51).

As discussões encontradas na pesquisa também são compatíveis com o que é disposto na obra de Saffioti (2001), quando a autora afirma que a violência sexual está relacionada à desigualdade de poder entre gêneros. Segundo a autora, esse fenômeno é amparado por padrões patriarcais, ou seja, é um exercício em que os homens “detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio” (p. 115). Diante do que foi exposto, para a maioria dos textos analisados a concepção de violência sexual é caracterizada por estruturas patriarcais que geram, em homens, padrões comportamentais que se configuram como violências sexuais, como atos ou tentativas de atos sexuais voltados à sexualidade da mulher, investidas ou comentários sexuais indesejados, podendo ser vivenciadas em qualquer cenário como, por exemplo, na própria casa da vítima, no trabalho (OMS, 2002) e, também, nas universidades.

CONFIGURAÇÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

A partir da leitura e análise dos textos, foi possível identificar e descrever a violência sexual no ambiente acadêmico por meio de diferentes formas de ocorrência: presencial, dentro das dependências da universidade, presencial, fora das dependências da universidade e virtual. A violência sexual presencial dentro da universidade descreve comportamentos que envolvem cantadas, piadas e brincadeiras de cunho sexual, troca de favores sexuais em função de obtenção de notas, contato físico indesejado, que ocorrem nos campi e espaços físicos que fazem parte da universidade. A violência sexual presencial fora das dependências da universidade, geralmente, ocorre por meio de ameaças, insinuações, toques, apertos e perseguições, que embora não ocorram nos espaços físicos da universidade, ainda

envolvem a comunidade acadêmica. A violência sexual virtual especifica o envio de e-mails com flertes, exposição de fotos, vídeos e mensagens sem consentimento da vítima. Dentre essas divisões, vinculam-se mais duas especificidades, a violência sexual horizontal e violência hierárquica, que significa a ocorrência da violência entre sujeitos pertencentes a uma mesma posição (aluno/a – aluno/a) e entre sujeitos em níveis diferentes da hierarquia acadêmica (aluno/a – professor/a), por exemplo. A Tabela 1 ilustra as porcentagens das possíveis configurações da violência sexual nos campi universitários mencionadas nos textos, de acordo com cada marcador apresentado enquanto possibilidade de ocorrência da violência.

Tabela 1 – Localização e configuração da violência sexual na universidade

Localização	Configuração
Presencial dentro da universidade	Horizontal (20,8%)
	Hierárquica (50%)
Presencial fora da universidade	Horizontal (8,3%)
	Hierárquica (4,1%)
Virtual	Horizontal (4,1%)
	Hierárquica (4,1%)
Não específica	(41,6%)

Ressalta-se que, na maioria dos textos analisados, a violência sexual dentro da universidade tem predominância hierárquica (50%) e, fora da universidade, evidencia-se a violência sexual horizontal (8,3%). Na análise de Schimit de Sá, Folriani e Rampazo (2017), a violência sexual reproduzida de maneira hierárquica por professores provoca ainda mais intimidação, pois o perpetrador possui grande influência sobre as relações que se dão no ambiente acadêmico. Para o texto examinado, de Dias, Garcia e Caramashi (2019), o assédio sexual na relação professor-aluna pode surgir a partir de propostas sexuais para aumento de nota, contato físico com partes do corpo e olhares invasivos. Além disso, outras formas são:

piadas, brincadeiras e cantadas de cunho sexual são comumente ouvidas nos corredores das universidades, assim como cantadas ofensivas e comentários

de natureza sexual de alunos ou professores em cima de alunas, na maioria das vezes de forma descontraída, em que todos ao redor se divertem e acham normal a situação. (Schimit de Sá, Folriani & Rampazo, 2017, p. 25)

Para 20,8% dos textos analisados, a violência sexual presencial dentro da universidade também ocorre de maneira horizontal entre os próprios discentes, sendo na maioria das vezes os abusadores estudantes homens e as vítimas estudantes mulheres (Ramos, 2019). A violência nesse contexto geralmente ocorre por meio de ameaças, gestos, insinuações, cantadas (Ramos, 2019), convites sexuais inapropriados, constrangimento (Souza & Rocha, 2020), toques, esbarrões, olhares sugestivos, apertos e perseguição (Bezerra & Clipes, 2017).

As categorias em que o local da violência sexual é presencial, mas fora do espaço físico do campus universitário, aparece de maneira escassa na análise dos textos, podendo significar – erroneamente – que fatos ocorridos não explicitamente dentro do campus universitário não correspondem às conjunturas acadêmicas. Dentre os textos que citam a existência de violência sexual fora do ambiente físico acadêmico, 8,3% apontam a violência horizontal, ou seja, entre alunos e alunas, e 4,1% demonstram haver também violência hierárquica. Almeida (2019) relaciona os espaços externos à universidade que configuram como ambiente acadêmico as festas, os trotes e as férias estudantis. A autora problematiza que, nesses ambientes, os estudantes do gênero masculino e até professores com os quais tiveram contato utilizam-se de prerrogativas de que existem mulheres que merecem ser respeitadas e outras que não, isto é, aquelas que consomem bebidas alcoólicas por vontade própria, por exemplo, estão vulneráveis a algum tipo de violência.

Para 4,1% dos textos analisados, a violência de cunho sexual também pode ocorrer virtualmente, abarcando ambas as modalidades: horizontal e hierárquica. Para Dias, Garcia e Caramaschi (2019), a violência virtual hierárquica pode aparecer por meio de e-mails compostos por flertes vindos de professores. Já a violência virtual horizontal se dá por meio de exposição de fotos, vídeos e mensagens de colegas sem o consentimento da vítima (Almeida, 2019).

Diante das diversas formas e relações que configuram a violência sexual no contexto universitário, torna-se necessário identificar quais são os efeitos decorrentes disso e como prejudicam a vida e a saúde das vítimas. É fundamental detectar quais são os efeitos da violência sexual à saúde mental dos acadêmicos, para que a universidade também se responsabilize com as possibilidades de enfrentamento dos danos já provocados aos seus estudantes.

EFEITOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL UNIVERSITÁRIA E SAÚDE MENTAL

Para a OMS (2002), mulheres e homens que sofreram violência sexual possuem maior chance de desenvolver depressão, estresse pós-traumático, ansiedade, distúrbios de sono, comportamentos agressivos, uso de cigarro, queixas somáticas, absenteísmo da escola/universidade e comportamento suicida. Com respeito à violência sexual, sofrida no contexto universitário, os textos analisados trazem algumas especificidades sobre os efeitos desse tipo de violência. A Figura 3 apresenta os tipos de efeitos da violência sexual no ensino superior, mencionados nas fontes selecionadas.

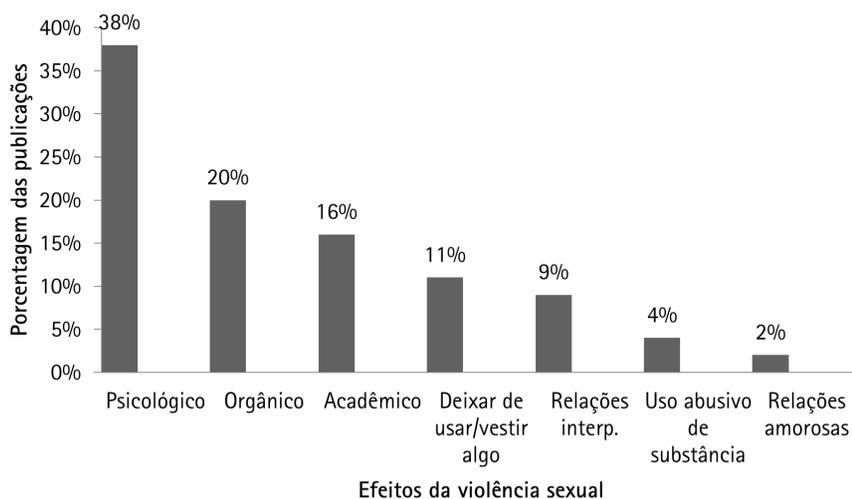


Figura 3. Efeitos provocados pela violência sexual no contexto universitário

A partir da análise dos textos foi possível identificar três principais categorias sobre os efeitos da violência sexual no contexto universitário, que validam a afirmação da OMS (2002), caracterizando por efeitos: psicológicos (38%), orgânicos (20%) e acadêmicos (16%). Além disso, fatores como deixar de fazer ou vestir algo (11%), interferências nas relações interpessoais (9%), uso abusivo de substâncias (e.g., álcool, drogas) (4%) e dificuldades nas relações amorosas (2%) também aparecem como efeitos produzidos pela violência sexual no ambiente universitário. Embora a maioria dos efeitos citados contemple a categoria de efeitos psicológicos é fundamental frisar que, para concordar com o conceito amplo de saúde mental, apresentado no texto, todos os efeitos da violência sexual afetam de alguma forma a saúde mental das vítimas.

Para a maioria dos autores selecionados, as vítimas podem desenvolver problemas psicológicos como transtornos de ansiedade (Cruz & Pereira, 2013; Peres, Barreto, Babler, Quaresma, Arakaki & Eluf-Neto, 2014; Zotareli, 2010), transtornos alimentares (Zotareli, 2010), depressão, crise de pânico, crises de choro, perda de autoconfiança e autoestima, insônia e até suicídio (Diniz, 2019). A análise de Teixeira e Rampazo (2017), Pereira (2014) e Boecke, Martins e Barroso (2019) atenta sobre o sentimento de culpa que acomete a vítima como um dos efeitos psicológicos bastante comuns em vítimas de violência.

Os efeitos nomeados como orgânicos abrangem complicações ginecológicas, proliferação de doenças sexualmente transmissíveis (Winzer, 2016), gravidez indesejada, aborto, disfunção sexual (Zotareli, 2010), náuseas e apneia (Diniz, 2019).

Os efeitos acadêmicos da violência sexual incluem desmotivação para assistir aulas, evasão escolar, falta de atenção durante as aulas, notas abaixo da média, troca de orientadores, mudança de curso, transferência para outra instituição de ensino ou até mesmo a desistência (Ramos, 2019). Linhares e Laurenti (2018) elucidam, ainda, que a presença do abusador também pode modificar comportamentos das/os estudantes, isto é, essas/es passam a evitar o ambiente acadêmico, conseqüentemente, abandonam

as aulas, trancam matérias e o rendimento acadêmico é reduzido, fazendo com que as/os discentes tenham reprovação e prejuízos futuros no mercado de trabalho.

Schimit de Sá, Folriani e Rampazo (2017) e Ramos (2019) concordam ao considerar que atitudes cotidianas são modificadas com a existência/presença de violências na universidade, ao listar comportamentos que, antes da violência sofrida, seriam considerados habituais e passam a gerar angústia como deixar de realizar alguma atividade que antes era prazerosa, se vestir de forma diferente para “não chamar atenção”, utilizar pouca ou nenhuma maquiagem no ambiente universitário por medo e intimidação em decorrência de um episódio prévio de violência.

Os textos analisados também elegem que dificuldades com as relações interpessoais e amorosas são efeitos da violência sexual na universidade, uma vez que se referem a uma tendência ao isolamento social (Diniz, 2019), ao sentimento de vergonha (da Silva & da Silva, 2018), ao receio de perseguição e de não conseguir participar de atividades acadêmicas, como os grupos de pesquisas (Silva, 2019). As relações interpessoais também são afetadas pelo medo de voltar ao espaço da violência (Farias, 2018), a partir da repercussão gerada e possível escândalo (Castro, 2018), e do silenciamento por parte das vítimas (Costa, 2015). Costa (2015) também elenca o uso abusivo de substâncias, como álcool ou drogas, como efeitos vivenciados por estudantes vítimas da violência.

Os efeitos que foram apresentados precisam ser compreendidos de forma a compor a saúde mental como um todo complexo e inserido em um contexto social, cultural, econômico, político, que acomete diretamente o desenvolvimento ou o enfraquecimento da saúde mental de todos os sujeitos. Deste modo, ao entender o ambiente universitário como um contexto específico, complexo e, ao mesmo tempo, singular em seu funcionamento, permite compreender que o processo de saúde-doença do corpo discente está, também, relacionado às vivências internas à instituição.

POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO FRENTE À VIOLÊNCIA SEXUAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

A partir da análise dos textos foi possível identificar duas formas de atuação para o enfrentamento da violência sexual no ambiente universitário: ações preventivas, que visam evitar possíveis ocorrências de violência; e intervenções remediativas, as quais que visam lidar com os danos já causados pela violência. De acordo com os textos selecionados para análise foram identificadas publicações que não contemplaram o debate sobre possibilidades de combate à violência sexual, outras citaram ações remediativas, preventivas ou ambas. A Figura 4 ilustra esses dados.

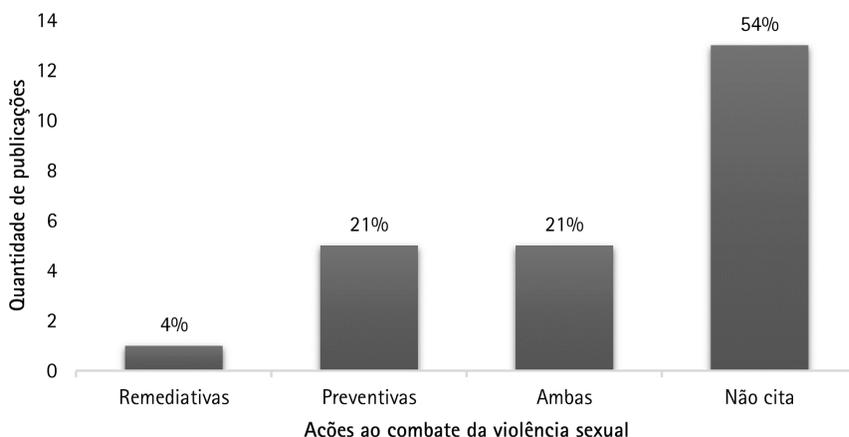


Figura 4. Categorias de ações ao combate da violência sexual no contexto universitário

Em 4% dos textos foram observadas sugestões de ações remediativas para o combate à violência sexual na universidade. A seleção de textos indica práticas como organização de oficinas (Bandeira, 2017), canais institucionais de acolhimento (Diniz, 2019), criação de comissões para o recebimento de denúncias (Farias, 2017); além de redes de apoios e solidariedade direcionadas às vítimas, atendimento especializado para as vítimas com profissionais da saúde e punição aos agressores (Rosa & Pinto, 2018).

Embora sejam estratégias válidas e necessárias, Oliveira e Ribeiro (2000) afirmam que o enfoque para o manejo da saúde mental deve

ultrapassar aspectos que mobilizam apenas a remediação de um determinado fenômeno, e deve alcançar caminhos que possibilitem o trabalho preventivo, isto é:

há uma tendência de mudança no enfoque individual para comunitário, passando de uma ação focada no *intrapsi* com caráter curativo, remediativo, para uma ação centrada em contextos, em grupos com perspectiva de prevenção. . . A assistência psicológica, que era tradicionalmente orientada para avaliação individual e para uma atuação psicoterapêutica em consultório particular, está se voltando cada vez mais para as ações de maior amplitude social . . . Essa idéia de prevenção e de ação conjunta entre profissionais é de fundamental importância para a consolidação da Saúde Mental enquanto prática (p. 93-94).

No mesmo sentido, Lima (2011) afirma que elementos paliativos e remediativos não serão suficientes para “mobilizações sociais significativas e suficientes para a reversão de sua estrutura” (p. 164). Ações remediativas são necessárias e importantes para que as vítimas possam se sentir acolhidas e validadas diante de determinadas situações, para difundir informações sobre as formas de violência no ambiente acadêmico e para lidar com os efeitos já produzidos em decorrência das violências sofridas. Porém, essas ações não podem ser as únicas existentes na instituição; é preciso rever o contexto que gera a violência e, por isso, pensar em estratégias preventivas.

Dessa perspectiva, 21% dos textos analisados sugerem a realização de ações preventivas, isto é, a partir da compreensão de como surge e como é mantida a violência sexual no contexto universitário pode-se formular estratégias de enfrentamento para evitar sua ocorrência. Ações denominadas preventivas são, então, aquelas que sejam capazes de modificar a estrutura atual, evitando que mulheres sejam violentadas/abusadas por estarem, socialmente, em posição inferior aos homens. Assim, os encaminhamentos preventivos elucidam um cenário de políticas institucionais, educação sexual e relações de gênero (Bellini, 2018), capacitação de profissionais, criação de programas institucionais, desenvolvimento de pesquisas (Winzer, 2016) e segurança física (Rosa & Pinto, 2016).

Ao interpretar a violência como resultante da desigualdade entre gêneros, como um fenômeno que se constitui a partir de práticas sociais,

culturais e políticas, o texto examinado, de Bandeira (2017), apresenta alternativas sobre um conjunto de ações que perpassam diferentes instâncias e que poderia modificar essas relações. A autora exemplifica que “são necessárias ações conjuntas, entre gestores públicos, comunidade acadêmica e sociedade, na construção de um debate que venha ao encontro da revisão dos valores machistas, permitindo que os próprios jovens impeçam o desenvolvimento da violência contra as mulheres” (Bandeira, 2017, p. 74).

Em outro texto analisado, Diniz (2019), ao destacar a universidade como mediador essencial no combate à violência sexual, menciona a importância de incluir temas relacionados às diversas formas de violências nas estruturas curriculares, além de investir em campanhas educativas. Pereira (2014), ao afirmar a necessidade da criação de programas de conscientização, elenca um aspecto diferenciador, ao acrescentar a educação às comunidades predominantemente masculinas, como, por exemplo, os coletivos de atletas, compreendendo a violência sexual nas universidades como relacionada ao contexto machista e opressor. No que tange ao ambiente físico dos campi universitários, Rosa e Pinto (2018) enfatizam que a segurança física também é significativa para a redução e o combate da violência sexual, como a circulação de ônibus interno, iluminação adequada, patrulhas e mato roçado.

Além disso, 21% dos textos sugerem que sejam realizadas intervenções remediativas e preventivas em conjunto. Castro (2018), por exemplo, sugere que as universidades possuam um código de ética que explicita a proibição de qualquer comportamento que viole os direitos por razões de gênero, ao mesmo tempo que recomenda a existência de profissionais especializados em atendimento às mulheres, como psicólogos (as) e assistentes sociais. Bellini (2018) propõe que a criação de novos modelos de masculinidade não é apenas positiva para as vítimas mulheres, mas que é uma nova chance de vida para os homens substituir a forma como compreendem as mulheres e aprender novas práticas a partir de novos sentidos de masculinidades. A autora ainda relata sobre interações e diálogos, educação para superação de crenças sexistas e apoio às vítimas.

Os números apresentados até agora demonstram que um total de 46% dos textos descreve possibilidades de enfrentamento aos casos de violência

sexual, sejam elas remediativas e/ou preventivas. No entanto, embora quase 90% dos textos tenham descrito a violência sexual como uma produção cultural e social e, conseqüentemente, um fenômeno passível de mudança, 54% dos textos não fazem nenhum tipo de recomendação a respeito de como superar a violência sexual no contexto universitário. Isso mostra que as discussões sobre o enfrentamento da violência sexual precisam ser expandidas, para que relações de poder assimétricas e desigualdades entre os gêneros, que pautam os modos de vida e a organização social, possam ser estruturalmente modificadas, e, com isso, cessar a ocorrência da violência sexual.

Apenas 42% dos textos enfatizam estratégias preventivas e passíveis de transformação no contexto gerador da violência, demonstrando que, quando realizados, os encaminhamentos são remediativos e, portanto, não compatíveis com as definições apresentadas que elucidam o caráter cultural e estrutural do fenômeno. De acordo com os textos, a violência pode ser compreendida como um produto de um contexto social e cultural, que ocorre de modo presencial e virtual, por diversos membros da comunidade universitária, e que têm efeitos prejudiciais à saúde mental das vítimas. Em vista disso, caberia às universidades – como um dos espaços que têm sido palco para a ocorrência de violência sexual – refletir criticamente sobre a amplitude do problema (incluindo toda a comunidade universitária), promover ações de enfrentamento para a prevenção da violência, bem como lidar com os possíveis danos à saúde mental dos estudantes.

Sobre esse ponto, Pellá e Magnabosco-Martins (2018) enfatizam:

a urgência da Universidade e seus diferentes atores refletirem sobre seu papel diante de novas questões oriundas da maior diversidade de estudantes e suas necessidades e, para tanto, é fundamental que todos os envolvidos na organização universitária coloquem-se permanentemente a analisar suas implicações (p. 397).

Dessa forma, permitir a ocorrência de violências no contexto universitário é se omitir de uma responsabilidade coletiva; é favorecer a violação de direitos e é compactuar com sofrimentos produzidos socialmente, o que ressalta a necessidade de que as universidades desenvolvam estudos e ações visando a eliminação da violência sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo realizar uma sistematização da literatura brasileira acerca dos efeitos da violência sexual na saúde mental dos estudantes de graduação. Constatou-se, a partir da literatura examinada, e do aumento de publicações ao longo dos últimos dez anos, que a violência sexual, no contexto universitário, está sendo investigada e encontra-se diretamente vinculada às estruturas sociais que estabelecem posições desiguais aos sujeitos e sustentam as práticas violentas. Observou-se que a violência sexual nos campi universitários ocorre, predominantemente, de forma hierárquica entre os gêneros (homens e mulheres) e entre distintas posições na estrutura acadêmica (docentes e discentes).

A análise dos textos propiciou a identificação de diversos efeitos negativos da violência sexual no contexto universitário para a saúde mental de estudantes. A partir das categorias de efeitos citadas é possível compreender que as consequências não atingem as vítimas apenas de uma forma única, mas perpassam vários âmbitos de suas vidas, sendo os efeitos psicológicos, sociais, acadêmicos e físicos os efeitos mais citados na literatura selecionada.

A saúde mental é um processo resultante do contexto sociocultural, isto é, o desenvolvimento ou o enfraquecimento da produção de saúde mental depende de como as estruturas sociais são engendradas e mantidas ao longo do tempo. É preciso compreender a definição da violência sexual, os efeitos para a saúde mental dos sujeitos e as possibilidades de ação frente ao fenômeno estudado para que, só assim, determine-se se as ações e sugestões de superação da problemática serão capazes de minimizar os efeitos e o sofrimento de suas vítimas, e até eliminar do contexto universitário a ocorrência de violência sexual. Contudo, embora a análise dos textos indique que a maior parte das universidades reconheça que a violência sexual no contexto universitário tem origem em determinantes sociais e culturais, grande parte delas não sugere ações de enfrentamento preventivas, apenas ações remediativas.

Este estudo limita-se a uma análise da produção bibliográfica dos últimos dez anos a respeito da violência sexual no contexto universitário, o que possibilita apenas um levantamento de possíveis consequências

prejudiciais que a violência esteja acarretando aos estudantes, bem como uma análise das estratégias de enfrentamento – no entanto, não há alcance para recomendações específicas acerca de quais estratégias poderiam ser adotadas para auxiliar na resolução do problema.

Para além da identificação das origens e possibilidades de enfrentamento à violência sexual, no contexto universitário, é imprescindível que as universidades contemplem em seus pressupostos a existência de protocolos e instrumentos institucionais éticos e efetivos para a proteção e a promoção de bem-estar aos seus acadêmicos, garantindo-lhes o exercício de usufruir dos direitos básicos de permanência na graduação. Portanto, pesquisas futuras nesta temática são necessárias para que os resultados avancem a fim de capacitar as instituições de ensino superior para o desenvolvimento de ações preventivas que tenham ressonâncias locais e também estruturais, além de eliminar a ocorrência de violência sexual e, conseqüentemente, favorecer a saúde mental dos estudantes universitários.

REFERÊNCIAS

- Almeida, T. M. C. (2017). Violências contra mulheres nos espaços universitários. In: C. Stevens, S. Oliveira, V. Zanello, E. Silva & C. Portela (Orgs.). *Mulheres e violências: Interseccionalidades* (pp. 384-399). Brasília: Technopolitik.
- Almeida, H. B. (2019). Violence sexuelle et de genre à l'université: Du secret à la bataille pour la reconnaissance. *Brésil(s): sciences humaines et sociales*, 16. Recuperado de <http://journals.openedition.org/bresils/5348>
- Ávila, L. A. (2003). Saúde mental - uma questão de vínculos. *Revista da SPAGESP*, 4(4), 69-76. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v4n4/v4n4a10.pdf>
- Bandeira, L. M. (2017). Trotes, assédios e violência sexual nos *campi* universitários no Brasil. *Revista Gênero*, 17(2), 49-79. <https://doi.org/10.22409/rg.v17i2.942>

- Bellini, D. M. G. (2018). *Violência contra mulheres nas universidades: Contribuições da produção científica para sua superação (Scielo e Web of Science 2016 e 2017)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos.
- Bezerra, A. C. & Clipes, M. (2017). O crime de assédio sexual no âmbito das instituições de ensino superior. *Revista Dimensão Acadêmica*, 2(2), 72-91. Recuperado de <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/revista-dimensao-academica-v02-n02-artigo05.pdf>
- Boecke, D. T., Martins, M. C. R & Barroso, F. S. D. (2019, agosto). As relações de assédio sexual no âmbito universitário: A dualidade entre silêncio e visibilidade dentro da Universidade Federal do Ceará. *Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís, MA, Brasil.
- Carvalho, J. J., Kidoiale, M. Carvalho, E. N., & Costa, S. L. (2020). Sofrimento psíquico na universidade, psicossociologia e encontro de saberes. *Revista Sociedade e Estado*, 35(1), 135-162. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035010007>
- Castro, C. J. H. (2018). *Desvelando a violência de gênero contra a mulher no espaço acadêmico: Um estudo realizado sob a perspectiva das estudantes da UFERSA do campus Mossoró*. (Monografia). Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró.
- Costa, M. B da. (2015). *(Re)pensando o abuso sexual em contexto universitário: Afeto, compartilhamento e a construção de fatos*. (Monografia). Universidade de Brasília.
- Cruz, G. V., & Pereira, W. R. (2013). Diferentes configurações da violência nas relações pedagógicas entre docentes e discentes do ensino superior. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 66(2), 241-250.
- Data Popular & Instituto Avon (2015). *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. Retirado de http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf.
- Dias, J. P., Garcia, L. M., & Caramaschi, S. (2019). Assédio sexual: Uma análise do conceito entre o público universitário feminino. *Educação em Debate*, 41(79), 22-34. Recuperado de <http://repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/47158>

- Diniz, M. I. (2019). Quebrando o ciclo do silêncio: uma experiência extensionista sobre assédio sexual na universidade. *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, Brasília, DF, Brasil.
- Farias, T. G. (2017). *Assédio moral e sexual: Vivência de estagiários do curso superior de tecnologia em hotelaria da UFF*. (Monografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Farias, F. R. M. (2018). *A construção pública da denúncia de estudantes contra professores na FAGED/UFC: Assédio?* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Gama, J. P. (2016). *Violência sexual no campus universitário em Portugal*. (Dissertação de mestrado). Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Portugal.
- Gaspar, R. S. & Pereira, M. U. L. (2018). Evolução da notificação de violência sexual no Brasil de 2009 a 2013. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(11), 1-10. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00172617>
- Leão, T M., Ianni, A. M. Z., & Goto, C. S. (2019). Individualização e sofrimento psíquico na universidade: Entre a clínica e a empresa de si. *Revista Humanidades e Inovação*, 6(9), 132-143. Recuperado de <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/52>
- Lei n. 13.718, de 24 de setembro de 2018*. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm
- Lima, P. G. A universidade no Brasil e políticas de ações afirmativas. *Revista HISTEDBR On-line*, 44, 156-170. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639983/0>

- Linhares, Y., & Laurenti, C. (2018). Uma análise de relatos verbais de alunas sobre situações de assédio sexual no contexto universitário. *Revista Perspectivas*, 9(2), 234-247. <https://doi.org/10.18761/PAC.2018.n2.08>
- Maito, D. C., Panúncio-Pinto, M. P., Severi, F. C. & Vieira, E. M. (2019). Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. *Interface*, 23, 1-15. <https://doi.org/10.1590/Interface.180653>
- Maito, D. C., Panúncio-Pinto, M. P., Severi, F. C. & Vieira, E. M. (2019). A universidade como reflexo e agente transformador da sociedade: A contradição movendo a história. *Interface*, 23, 1-5. <https://doi.org/10.1590/interface.190711>
- Moura, R. H. (2014). *O núcleo de apoio à saúde da família (NASF) como mobilizador da práxis psicossocial* (Tese de doutoramento). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis.
- Narvas, M. G., & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>.
- Oliveira, L. C., Ribeiro, P. R. M. (2000). O campo da saúde mental: Algumas reflexões sobre interdisciplinaridade e trabalho integrado. *Salusvita*, 19(2), 89-100. Recuperado de https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/salusvita/salusvita_v19_n2_2000_art_05_por.pdf
- Organização Mundial da Saúde. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Retirado de <https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>
- Pellá, L. M. & Magnabosco-Martins, C. R. (2018). Vidas em formação: Narrativas de acadêmicos sobre a experiência na graduação em Psicologia. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 7(3), 385-399. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpd.v7i3.1936>
- Pereira, M. S. (2014). Violência sexual em contexto universitário. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 25(1), 51-59. Recuperado de <https://doi.org/10.35919/rbsh.v25i1.171>

- Peres, M. T. F., Barreto, A. D. L., Babler, F., Quaresma, I. Y, Arakaki, J. N. L., & Eluf-Neto, J. (2014). Exposição à violência, qualidade de vida, depressão, e burnout entre estudantes de medicina em uma universidade estadual paulista. *Revista de Medicina*, 93(3), 115-124. <https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v93i3p115-124>
- Población, D. A. (1992). Literatura cinzenta ou não convencional: Um desafio a ser enfrentado. *Ciência da Informação*, 21(3), 243-246. Recuperado de <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/438>
- Pryor, J. B., Desouza, E. R., Fitness, J., Hutz. C., Kumpf, M., Lubbert, K., Pesonen, O. & Erber, M. W. (1997). Gender differences in the interpretation of social-sexual behavior: A cross-cultural perspective on sexual harassment. *Journal of cross-cultural psychology*, 28(5), 509-534. <https://doi.org/10.1177/0022022197285001>
- Ramos, W. T. S. (2019). *O assédio sexual entre os muros da universidade: investigando situações vivenciadas por acadêmicas de enfermagem*. (Monografia). Universidade Federal de Campina Grande.
- Rosa, I. M. & Pinto, N. M. (2018- dezembro). Me avisa quando você chegar? Insegurança, violência e mobilizações em um campus universitário. *Anais da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Brasília, DF.
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>
- Saldanha, M. (2015). Contribuições acadêmicas ao enfrentamento da violência sexual nas universidades brasileiras. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 26(2), 75-84. Recuperado de <https://doi.org/10.35919/rbsh.v26i2.138>
- Schimit de Sá, B., Folriani, M. D. & Rampazo, A. V. (2017). Assédio sexual: O poder do macho na universidade. *Estudos de Administração e Sociedade*, 3(2), 23-31. <https://doi.org/10.22409/eas.v3i2.70>

- Silva, R. B. P da. (2019). Assédio sexual no contexto universitário. In F. F. Michelin (Ed.), *A universidade do encontro e da inclusão* (pp. 16-25). Pelotas: Editora da UFPel. Retirado de <http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/4443/3/A%20universidade%20do%20encontro%20e%20da%20inclus%c3%a3o%20-%20para%20troca%20no%20reposit%c3%b3rio.pdf>
- Silva, L. F. & Silva, F. F. (2018). Chega de assédio: Visibilizando o assédio sexual no contexto universitário. *Anais do 10^o Salão Internacional de ensino, pesquisa e extensão*, Santana do Livramento, RS, Brasil.
- Souza, T. M. C., & Rocha, I. A. (2020). Investigando o assédio sexual em universitárias: A violência de gênero na Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 17(2), 165-184. Retirado de <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewFile/4524/47966530>
- Teixeira, J. C., & Rampazo, A. S. V. (2017). Assédio sexual no contexto acadêmico da Administração: O que os lábios não dizem, o coração não sente? *Farol- Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(11), 1151-1235. Retirado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/50151/assedio-sexual-no-contexto-academico-da-administracao--o-que-os-labios-nao-dizem--o-coracao-nao-sente-/i/pt-br>
- Winzer, L. (2016). Agressão sexual entre jovens universitários: Questão de saúde pública? *Revista de Saúde Coletiva*, 26(2), 393-398. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0103-73312016000200003>
- Zotareli, V. M. (2010). *Violência de gênero e sexual entre alunos de uma universidade paulista*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Recebido em 04/03/2021

Aceito em 31/10/2022